



Índice

- 01** Base dos Bombeiros vai ajudar ribeirinhos da baía de Guaratuba
- 02** COBRANÇA ANISTIADA
- 03** Boataria no Araguaia
- 04** Vestibular Indígena 2015 da UFRGS será realizado neste sábado
- 05** Ságua Moraes defende as demarcações da Funai
- 06** Ação levará água a ribeirinhos afetados por chorume do Aurá
- 07** Serra da Mesa vive seca histórica e faz antiga ponte ficar a 10m da superfície
- 08** PEC 215 deve ser retomada este ano
- 09** Comunidades de pescadores lutam para reabrir escola em Guaraqueçaba
- 10** Mangal reabre exposição "Arquitetura dos Rios" no aniversário de 10 anos
- 11** Aulas da Unemat começam na segunda-feira no campus de Barra do Bugres
- 12** Agricultores denunciam abandono do governo depois de retirada de terras indígenas
- 13** Portaria da SPU causa pânico no Mato Grosso
- 14** Exclusivo: Entrevista com o novo presidente da Famasul, Nilton Pickler
- 15** Incêndios criminosos impedem regeneração florestal em terra indígena
- 16** Esmola ofertada por umuaramenses mantém índios em situação de perigo
- 17** Assoreamento do rio compromete piscicultura em Pão de Açúcar, AL



-
- 18** [No PA, protesto bloqueia entrada para canteiro de obras de Belo Monte](#)
 - 19** [Justiça determina perícia sobre impactos de agrotóxicos em área indígena no Pará](#)
 - 20** [A força ritual dos povos originários](#)
 - 21** [União terá que comprar 30 hectares para índios guarani-kaiowá de Curral do Arame](#)
 - 22** [Justiça determina perícia sobre impactos de agrotóxicos em área indígena](#)
 - 23** [Governo tem 90 dias para comprar terra e abrigar índios acampados na BR-463](#)
 - 24** [ÁTILA ROQUE E A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL](#)
 - 25** [Indigenistas e ambientalistas cerram fileiras contra Aldo Rebelo e Katia Abreu](#)
 - 26** [Povos do AP terminam o 1º Protocolo Comunitário para preservação ambiental](#)
 - 27** [Lideranças Paiter Suruí pedem extinção de projeto de carbono com a Natura](#)
 - 28** [MST denuncia novos plantios de eucalipto em terras devolutas no ES](#)

Base dos Bombeiros vai ajudar ribeirinhos da baía de Guaratuba

SÍTIO CORREIO DO LITORAL, 10.01.2015



Fotos: Ricardo Almeida / ANPr – Cabo Valdemir da Luz

A nova base náutica do Corpo de Bombeiros ao lado do embarcadouro norte do ferry boat vai melhorar a segurança dos pescadores e da população ribeirinha à baía de Guaratuba.

A opinião é da prefeita Evani Justus, que participou da inauguração da obra, nesta sexta-feira (9) junto com o governador Beto Richa. “Nossa cidade tem uma grande quantidade de pessoas morando na beira da Baía de Guaratuba. A construção dessa unidade é muito importante para preservar a vida dos nossos moradores e turistas”, disse Evani.

A baía tem 48,72 km² de área e ainda é a principal via de acesso de muitas comunidades rurais para o centro da cidade. No passado, foi a única. A baía também o local onde trabalham os pescadores artesanais do município.

Para o comandante dos Bombeiros de Guaratuba, capitão Fabricio Frazatto, a nova base será fundamental para a agilidade do atendimento. Ele explica que a unidade não atuará apenas nas ações de resgate e salvamento, mas também em patrulhamento e prevenção de acidentes. “Teremos um grande ganho operacional nas ações. As embarcações agora são lançadas de uma base adequada, e não mais de praias em mar aberto”, afirmou.

A base vai atender casos de emergência na baía de Guaratuba e nas praias de Matinhos e Guaratuba. Possui uma rampa de lançamento de embarcações na água, com fácil saída para o mar, e uma passarela com píer flutuante (por conta da variação da maré) para retirar rapidamente as vítimas do mar e encaminhá-las a uma ambulância, em casos de salvamento de emergência.

Para as ações preventivas e de salvamento, durante todo o ano estarão disponíveis no local três motos aquáticas de salvamento, um bote inflável (pequeno porte) e dois barcos infláveis (médio porte). Com 250 metros quadrados de área construída, a base náutica terá o nome de sargento Otávio Adolfo Brocco, homenagem ao bombeiro que foi um dos primeiros salva-vidas no Litoral paranaense, nos anos 1950.

CONT.



A base foi implantada em um terreno com aproximadamente 1.500 m², teve custo de R\$ 1,1 milhão, provenientes do fundo especial de segurança pública do estado do Paraná.

Segundo o governo, a unidade atende a todas as normas ambientais, ou seja, a estrutura existente na base foi construída com coletores responsáveis por concentrar em filtros da água e resíduos resultantes das manutenções de embarcações, os quais retiram os produtos nocivos e devolvem para o sistema de coleta de águas pluviais apenas a água tratada. Também conta com sistema de reaproveitamento da água da chuva para consumo da própria edificação.

Entre os presentes à inauguração, compareceram a mãe do homenageado, Virginia Brocco, o deputado estadual Nelson Justus, o prefeito de Matinhos, Eduardo Dalmora, o coordenador regional do governo no Litoral, Francisco 'Xiquinho' Carlim dos Santos, o secretário estadual de Segurança Pública, Francischini, o comandante-geral da Polícia Militar, coronel César Vinícius Kogut, e o comandante do Corpo de Bombeiros, coronel Juceli Simiano Junior.

Durante a solenidade, a prefeita de Guaratuba recebeu do governador a chave de uma ambulância nova para o município.



Boletim de Notícias - Edição nº 4/ 2015

Brasília, 12 de janeiro de 2015.

COBRANÇA ANISTIADA
SÍTIO CONJUR, 10.01.2015

Por Felipe Luchete

Quem vive em imóveis localizados em áreas rurais reconhecidas oficialmente como remanescentes de quilombos não precisa pagar Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR, que equivale ao IPTU no campo). A isenção, reconhecida em lei sancionada em novembro, foi usada pela Justiça Federal para encerrar uma briga entre a Receita Federal e comunidades no Pará. O Fisco cobrava uma dívida de R\$ 15 milhões pelo uso do território.

O conflito existia porque o tributo é calculado com base no tamanho da área, e as comunidades quilombolas ficam registradas em nome de uma associação, como pessoa jurídica. Assim, o ITR incidia sobre as propriedades como se fossem de grandes empresas. Desde 2012, a cobrança milionária a moradores de Abaetetuba (PA) estava suspensa por uma liminar.

Na última sexta-feira (9/1), o juiz federal Victor Cretella Passos Silva apontou que a Lei 13.043/2014 fixou a isenção desses imóveis, explorados individual ou coletivamente. Até então, só estavam livres do imposto moradores de assentamentos de reforma agrária e terras indígenas. A nova regra ainda anistiou multas aplicadas pela Receita nesse tipo de caso, proibindo a inscrição na Dívida Ativa da União e o ajuizamento de execuções fiscais.

“Entendo que as recentes alterações legislativas importaram em perda superveniente do interesse processual, já que determinaram o cancelamento dos débitos ora discutidos”, afirmou o juiz, ao extinguir o processo sem resolver o mérito. A ação foi apresentada pelo escritório Bichara, Barata & Costa Advogados.

Processo 0069367-48.2011.4.01.3400.

Boataria no Araguaia

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 10.01.2015

Governo e MPF precisaram divulgar nota para conter histeria criada a partir de boato de que índios ocupariam municípios

GUSTAVO NASCIMENTO

Da Reportagem



A desocupação da gleba Suiá-Missu para a criação da reserva Maraiwatsédé ainda traz reflexos sobre a população do Araguaia

Uma onda de boatos afirmando que cidades inteiras do Vale do Araguaia seriam desapropriadas e entregues a povos indígenas tomou uma proporção tão grande que a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e o Ministério Público Federal (MPF) tiveram que emitir ontem uma nota de esclarecimento para desmentir o fato.

O boato teve origem após publicação da Portaria de Declaração de Interesse do Serviço Público (PDISP) nº 294, editada pela SPU, em novembro do ano passado.

A mensagem afirmava que a portaria seria um decreto para expulsar todos os moradores do Vale do Araguaia. As áreas seriam destinadas aos "povos originários". Nem mesmo os camponeses e moradores das cidades seriam perdoados. Além do boca-a-boca, as mensagens estavam sendo disseminadas por emails e pelas redes sociais como Facebook e WhatsApp.

Ainda não se sabe ao certo quem deu início aos boatos, porém as falsas informações geraram pânico aos moradores da região do Vale do Araguaia em Mato Grosso e Tocantins, região que costumeiramente sofre com conflitos agrários.

A nota divulgada pela SPU e pelo MPF classificou os boatos como "maldosos". Segundo a nota, as afirmações não possuem nenhum fundamento e têm apenas o objetivo de difundir a insegurança e o medo em prol de interesses escusos.

O documento afirmou que a Portaria atendeu apenas a uma recomendação do MPF de Barra do Garças (MT), que solicitou a identificação e a delimitação dos terrenos da União na região do rio Araguaia, como prevê na Lei nº 9.636/98. Segundo o MPF, o objetivo da portaria era

CONT.



proteger o patrimônio público federal, combater a grilagem das terras e assegurar o uso sustentável da área.

A nota afirmou que a portaria é um instrumento com amparo legal e é aplicada visando priorizar áreas da União para implementação de programas e políticas públicas de interesse social, como seria o caso da regularização fundiária que atenderá não apenas as comunidades tradicionais, mas aqueles que ocupam áreas da União.

De acordo com o documento, a SPU delimitou uma gleba de aproximadamente 1,6 milhão de hectares de terras da União. A gleba fica localizada na divisa de Mato Grosso e Tocantins e passa pelos municípios de Canabrava do Norte, Luciara, Novo Santo Antônio, Porto Alegre do Norte, Santa Terezinha e São Félix do Araguaia, no estado de Mato Grosso, e pelos municípios de Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pium, em Tocantins.

De acordo com o documento, a área está sujeita a inundações periódicas do rio Araguaia, o que se constitui como área da União, conforme o Art. 20 da Constituição Federal. Para fazer a delimitação da área, a SPU realizou uma coleta de dados em campo, além de imagens de satélite e de dados das cheias do rio Araguaia.

Porém, conforme o documento, a Portaria é apenas um instrumento que declara a área da União como de interesse do serviço público e não tem caráter de decreto ou outro diploma legal equivalente. O documento seria de uso exclusivo da SPU para os seus procedimentos de rotina em ações de regularização fundiária.

A nota afirmou que a SPU não tem interesse em deslocar a população que está na área de influência da Portaria, pelo contrário o objetivo seria trazer maior segurança jurídica aos moradores do local. "Na verdade, no processo de ordenamento territorial, por meio da PDISP nº 294/2014, o poder público federal inicia um amplo, importante e fundamental processo de diálogo com os governos estaduais, prefeituras e com a sociedade em geral, a respeito da ordenação fundiária da região, objetivando garantir a segurança jurídica no campo, por meio do respeito aos direitos humanos e ao patrimônio da União".

O procurador Wilson Rocha Assis afirmou que todo e qualquer ato de violência praticado em razão de disputas sobre a área, objeto da Portaria nº 294/2014, será investigado e punido de forma rigorosa.



Boletim de Notícias - Edição nº 4/ 2015

Brasília, 12 de janeiro de 2015.

Vestibular Indígena 2015 da UFRGS será realizado neste sábado

SÍTIO VESTIBULAR BRASIL ESCOLA, 10.01.2015

Provas serão aplicadas das 14h às 18h, em Porto Alegre e Passo Fundo. Resultado sai no dia 21.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) aplica neste sábado, 10 de janeiro, as provas do seu Processo Seletivo Específico 2015 para ingresso de estudantes indígenas. Elas acontecem das 14h às 18h, nas cidades de Porto Alegre e Passo Fundo.

Na ocasião, os inscritos responderão 25 questões objetivas de Língua Portuguesa e produzirão uma Redação. É recomendável que eles se apresentem com, pelo menos, 30 minutos de antecedência portando documento de identidade, caneta esferográfica azul ou preta, lápis e borracha.

Consultas bem como porte ou uso de telefone celular, pager, fones de ouvido ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos e/ou similares são proibidas. Os participantes deverão permanecer por, no mínimo, 1h30 na sala de aplicação das provas.

A lista de aprovados poderá ser conferida no dia 21 de janeiro. Os classificados deverão apresentar a documentação comprobatória no dia 9 de fevereiro. Já o início das aulas está previsto para 2 de março.

Estão sendo oferecidas 10 vagas suplementares nos cursos de Administração, Ciências Jurídicas e Sociais (Direito), Enfermagem, Engenharia Ambiental, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Pedagogia e Serviço Social.

Detalhes no Manual do Candidato, pelos telefones (51) 3308-5906 /5978, através do e-mail vestibular@ufrgs.br.

Por Wanja Borges.



Ságuas Moraes defende as demarcações da Funai

SÍTIO O NORTÃO JORNAL, 10.01.2015

Reeleito, o deputado federal Ságuas Moraes (PT) deverá ser um dos poucos parlamentares de MT que lutará pela não aprovação da PEC 215 no Congresso Nacional.

Camila Cecílio e Valérya Próspero



Para Ságuas Moraes, PEC 215 é inconstitucional por gerar despesas ao Executivo
Gilberto Leite/Rdnews

Reeleito com mais de 97,8 mil votos, o deputado federal Ságuas Moraes (PT) deverá ser um dos poucos parlamentares de Mato Grosso que lutará pela não aprovação da PEC 215 no Congresso Nacional. Para o petista, a Proposta de Emenda Constitucional já nasceu totalmente inconstitucional, já que o Legislativo não pode atuar em causas que provoquem custos ao Executivo.

A PEC 215 prevê que a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas seja feita pelo Legislativo e não mais pelo Executivo, como é realizada atualmente por meio da Funai. "É o Executivo que deve fazer isso, não é o Legislativo. Isso é inconstitucional também", afirma o deputado.

Ságuas defende que para que as demarcações sejam feitas, os proprietários de boa fé sejam indenizados. "Que são as pessoas que foram tituladas pela União e Estado. Dessa forma elas não teriam prejuízos", declara. "As terras que não tinham problemas de propriedade titulada

CONT.



acabaram, agora o que nós temos são terras tituladas pela União e pelo Estado. Aí o produtor que está lá passa a ter direito da terra porque a União e o Estado titularam para ele, então esse dinheiro tem que ser devolvido”, reforça o parlamentar.

O deputado ressalta, por outro lado, que Mato Grosso não é região de conflito de demarcação de terra e que houve apenas um impasse na região da terra indígena Marãiwatsédé, conhecida como gleba Suiá-Missú. Diversas famílias tiveram que ser retiradas do local, próximo a Barra do Garças, depois de uma decisão judicial favorável à desapropriação. Depois, muitas reocuparam a terra, o que causou conflitos com a polícia.

Segundo o deputado, as famílias foram enganadas na época em que se apropriaram da terra e, depois de anos no local, uma decisão judicial determinou a retirada dos produtores. “Foi o caso de maior conflito que tivemos aqui em Mato Grosso, mas acho que essa questão das demarcações é um problema maior em outros estados”, completa Ságuas.

Autor: RD NEWS

Fonte: RD NEWS

Ação levará água a ribeirinhos afetados por chorume do Aurá

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 10.01.2015

*Falta de água potável é um grande problema para as comunidades.
Chorume do lixão contamina água e prejudica quem mora na área.*



Chorume do lixão do Aurá contamina água.
(Foto: Reprodução/ TV Liberal)

A prefeitura de Belém decretou estado de emergência para as comunidades ribeirinhas que moram na região da várzea do lixão do Aurá e elaborou um plano de saneamento para a área. No local, a falta de água potável se tornou um problema devido o lançamento de chorume do lixão na água. Inicialmente, uma ação emergencial levará água potável para as comunidades.

“Nós estamos fazendo o planejamento para solucionar os problemas dessa área, cuja água do rio e do lençol freático encontra-se contaminada. Inicialmente iremos fazer uma ação emergencial nas próximas semanas para levar água mineral aos moradores. Após isso, iremos iniciar o plano do Sistema de Captação de Água de Chuva para consumo”, afirmou o presidente da Agência Reguladora Municipal de Água e Esgoto de Belém (Amae), Antônio de Noronha Tavares.

Toneis de água mineral serão levados através de um barco todas as segundas, quartas e sextas-feiras para cerca de 60 famílias. “Essa ação vai ser maravilhosa para todos nós. A água é o que mais precisamos no momento, é prioridade”, conta Diana dos Santos Amaral, 35 anos, mãe de nove filhos e líder da comunidade Nossa Senhora dos Navegantes.

O plano de saneamento da região da várzea iniciará em fevereiro e consiste em fazer um sistema de captação de água de chuva nas casas das comunidades. Tendo como colaboradores os moradores, a água será captada através dos telhados das casas, sendo encaminhada para unidades filtrantes para iniciar o tratamento com cloro.



Boletim de Notícias - Edição nº 4/ 2015

Brasília, 12 de janeiro de 2015.



Serra da Mesa vive seca histórica e faz antiga ponte ficar a 10m da superfície

SÍTIO JORNAL OPÇÃO, 10.01.2015

Reportagem percorreu, de barco, região banhada por Uruaçu. Falta de chuva traz prejuízos econômicos aos ribeirinhos e deixa cenário do lago incomum

Por Marcello Dantas

O maior reservatório em volume de água do País em metros cúbicos (m³) passa por uma das piores secas da história. Os acostumados em ver o lago Serra da Mesa cheio encontram hoje grandes árvores secas, que devido ao tempo de exposição ao sol após submersas ganham formas macabras. Pelo menos esse é o panorama que se tem da região banhada por Uruaçu, a 290 quilômetros de Goiânia, ao Norte do Estado.

E foi de barco que o Jornal Opção Online percorreu parte dos 1.874 quilômetros quadrados de área inundada e conferiu o que a falta de chuvas tem provocado. São 54,4 bilhões de m³ concentrados no lago, operado por Furnas. A usina localizada em Minaçu, ao extremo Norte, é responsável pelo abastecimento elétrico em Goiás e, principalmente, no Distrito Federal.

Com um tamanho 37 vezes maior que o Lago Paranoá, em Brasília, o reservatório é o quarto maior lago do País. E Antônio Machado de Almeida, o Toninho Pescador, conhece bem aquelas águas. Apesar de não ser nativo — ele é natural Esperantinópolis, no Maranhão —, o ribeirinho chegou ao município na segunda metade da década de 1990 para trabalhar no garimpo de ouro na região. Presenciou a grande seca na virada de 2000 para 2001, quando a antiga ponte foi descoberta.

Ex-presidente da Colônia dos Pescadores Z-04, Toninho informa que o nível máximo de armazenamento é de 460 metros e que a última cheia ultrapassou 1,50 metro do limite. “O nível máximo de operação é de 417,30 metros”, pontuou. Segundo relatório sobre a situação dos principais reservatórios do Brasil divulgado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico na quinta-feira (8/1), a água está a 435,58 metros, com um volume 30,8% de volume útil. É importante observar que a seca pode não parecer grave, mas é, já que o lago é grande em extensão.

Com a situação, é preciso atenção ao navegar pelas águas de Serra da Mesa devido aos inúmeros troncos na superfície. A surpresa se deu após os primeiros dez quilômetros percorridos. Saindo da margem que cobre a pista submersa que levava a antiga ponte, onde ficam flutuantes que servem saborosos pescados, até a Cachoeirinha, pequena queda d’água que vem do leito do Rio Passa Três.

CONT.



Toninho Pescador presenciou seca que expôs antiga ponte / Foto: Delcio Gonçalves

A seca expôs barrancos que impedem o barco de chegar até o encontro das águas. É possível chegar apenas a pé, depois de cerca de 200 metros de caminhada. A água gelada é recanto de noturno de tilápias — designação comum de várias espécies de peixes de água doce, nativos da África. Por água, também é impossível chegar até a ponte por onde passam os trilhos da Ferrovia Norte-Sul. Outro pescador local, dono de um flutuante, mediu recentemente a distância da ponte encoberta até a superfície: apenas dez metros.

Entre uma localidade e outra, a grande quantidade de bovinos se destaca, que pastam na grama recém-nascida à beira do lago. Pássaros de diferentes espécies sobrevoam a água em busca de alimento. E outros pescadores, muitas das vezes, não são tão receptivos à presença de um fotógrafo na região. Temem serem denunciados pela pesca predatória; mas este serviço fica a cabo da polícia ambiental.

E o vento matinal provocado pelo movimento da canoa e o respingar da água no corpo enganam: o sol forte parece perfurar a pele. E para quem não tem costume, a indicação é usar filtro solar. A superfície da água também ferve: a última medição chegou a 37 graus. Entre o trepidar da canoa causado pelas ondas de outras embarcações e a lâmina de água que reflete o azul do céu, chega-se ao que Toninho Pescador classificou como "a vista do E.T.". "Vamos na casa de um maluco, de onde avista o disco voador (sic)", brinca Toninho. Explico: ele se refere à casa de palafita construída (sozinha) por Elizeu Ferreira do Nascimento. Em um espaço de 7 x 8 metros quadrados, o pescador vigia, do alto dos 37 degraus e dois lances de escadas, o pássaro conhecido como soló. De madrugada, a ave atormenta as tilápias criadas em seus tanques-redes, chegando a matá-las.



Pescador Elizeu Nascimento vigia tanques-redes de casa de palafita / Foto: Delcio Gonçalves

CONT.



Cada estrutura, cercada por redes de cor verde, tem 2,2 x 1,70 metros e comporta cerca de 600 peixes, pegos ainda com seis meses de vida. Depois de um semestre, já estão prontos para o abate. A criação é autorizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e gera renda aos ribeirinhos. Outros grupos também criam o pescado e estão ligados à Cooperativa dos Piscicultores do Lago Serra da Mesa (Cooperpesca) e à Associação dos Comerciantes e Barqueiros Artesanais do Lago Serra da Mesa (Acbalse). A primeira tem 33 cooperados; o total de pescadores que atuam na região é de 150.

O ponto final do percurso trouxe alívio ao corpo. Entre uma colher de farofa de carne moída e outra, a sombra de um dos pilares da ponte nova — finalizada em fevereiro de 1997, que liga Uruaçu a Niquelândia — serviu para aliviar a luz do sol. De lá, é possível ver, de longe da água, a marca maior cheia vista. Em resumo, o sentimento de Toninho e de colegas que têm o lago como centro da vida é de tristeza. “Traz pra gente um aperto, pois o movimento de turistas é menor nessas condições, o que acaba interferindo na renda (sic)”, avaliou.

O desejo não só dos ribeirinhos atingidos pela barragem, mas de todos os moradores de Uruaçu e região é que a estiagem cesse. E, assim, o manancial formado principalmente por águas dos rios Tocantins, das Almas e Maranhão possa voltar a ser como antes, pois o volume expressivo de água atraiu investimentos na área do turismo. E que a cena vista dos flutuantes, com as ilhas impedindo a vista da nova ponte, se transforme em água e demore a se repetir. Boa leitura, São Pedro!

PEC 215 deve ser retomada este ano
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 10.01.2015

Pode ser retomada, neste ano, a análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 215/2000) que altera o processo de demarcação de terras indígenas.



A PEC original foi apresentada na Câmara dos Deputados há mais de 10 anos e incluía, entre as atribuições exclusivas do Congresso Nacional, a aprovação da demarcação das terras indígenas. A palavra final do Legislativo seria dada por meio de decreto.

Em 2010, o deputado Osmar Serraglio (PMDB-SC) apresentou relatório favorável à aprovação da medida. O deputado sugeriu algumas mudanças ao texto original, dentre elas a previsão de que a demarcação seja feita por lei de iniciativa do presidente da República, e não por meio de decreto. O texto de Serraglio também prevê o direito de indenização dos proprietários de terras demarcadas.

No final de 2014, as sessões para discutir a PEC foram marcadas pelo confronto entre indígenas e agricultores. Sem consenso, a comissão especial não conseguiu votar o relatório do deputado Osmar Serraglio. A proposta ainda teria de ser analisada em dois turnos pelo Plenário.

Luis Carlos Heinze (PP-RS) afirmou que o debate sobre os territórios indígenas é do interesse da bancada ruralista.

CONT.



"Para nós é importante. Têm outros itens que queremos mudar, como a portaria 303, as regras que estão vigendo hoje por parte da Funai e do Ministério da Justiça, a forma de encaminhamento dos laudos antropológicos... nós temos de mudar; isso não pode ficar ao bel prazer de quem ideologicamente quer conduzir o processo".

O deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) também acredita na retomada da discussão sobre a PEC.

"O cenário, a gente imagina que seja mais favorável para as nossas colocações, que são simplesmente do bom senso e do respeito à diversidade cultural do Brasil; então nós vamos agir normalmente, de acordo com as exigências de uma comissão especial, das audiências públicas e do debate democrático da questão que vão nos impor".

Apesar de concordarem com a retomada das discussões sobre a PEC em 2015, os deputados têm opiniões divergentes a respeito dos conflitos entre indígenas e proprietários na luta pela demarcação de terras.

Luiz Carlos Heize responsabiliza o caráter arbitrário da demarcação feita pela Funai pelos conflitos.

"Os conflitos existem porque alguém junto à Funai ou da Fundação Palmares decide por área tal de 100 mil hectares no Rio Grande do Sul; então eles fazem os processos. Existem mais de trinta processos de demarcação só no meu Estado. Estão em terras produtivas, com gente com mais de 100 anos em cima da terra".

Chico Alencar está alinhado ao discurso do novo ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, de que "ignorar ou negar a permanência da desigualdade e da injustiça é uma forma de perpetuá-las".

"O ministro de Desenvolvimento Agrário - área afim à da agricultura, da ministra Kátia Abreu - Patrus Ananias, concorda plenamente com o que eu falei sobre a questão indígena, em relação às terras, em relação à reforma agrária. Então o governo parece que começa sob o signo profundo da contradição".

A PEC sobre a demarcação de terras pode ser desarquivada na nova legislatura, que se inicia em 2 de fevereiro.

Foto de Laycer Tomaz, da Câmara dos Deputados

Reportagem - Emanuelle Brasil da Rádio Câmara editada pela equipe do Questão Indígena.

Comunidades de pescadores lutam para reabrir escola em Guaraqueçaba
SÍTIO CORREIO DO LITORAL, 10.01.2015



Famílias de pescadores de Sebuí, em Guaraqueçaba, estão mobilizados para reabrir a escola estadual que foi fechada pelo Núcleo Regional de Educação, que tem sede em Paranaguá. A escola do Sebuí também atende as comunidades de Canudal, Vila Fátima, Rita, Abacateiro e Varadouro. Segundo as famílias, a decisão foi tomada pela chefe no Núcleo, Selma Camargo Meira, e contraria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Na quinta-feira (7) eles fizeram uma reunião para discutir a tática de mobilização.

CONT.



No perfil do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná (Mopear) no Facebook, a comunidade cita a Lei 12.960, assinada no dia 27 de março de 2014, pela presidente Dilma Rousseff, que altera a LDB (Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996), e estabelece que "o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar."

Eles relacionam os requisitos que devem ser obedecidos:

- 1º)- Manifestação da Comunidade;
- 2º)- Estudo do impacto que o fechamento da escola causaria às comunidades;
- 3º)- Parecer do Ministério Público Estadual;
- 4º)- Parecer do conselho Estadual de Educação;

"Pelo que pode ser notado, nenhum desses itens foi levado em consideração, senão a vontade da chefe do Núcleo", denuncia o Mopear.

Fonte e fotos: Mopear.

Mangal reabre exposição "Arquitetura dos Rios" no aniversário de 10 anos
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 10.01.2015

Da Redação
Agência Pará de Notícias



Banhada por rios, a Região Amazônica tem sua história e cultura intimamente ligada ao universo marítimo. Alguns traços dessa relação estão retratados no Memorial Amazônico da Navegação, localizado no Mangal das Garças. Instalada desde a criação do parque, em 2005, a mostra reúne do rústico ao que há de mais moderno no transporte fluvial da região, passando pelos aspectos militar (representado pelo acervo doado pela Marinha do Brasil), comercial (retratado em um breve histórico da Empresa de Navegação da Amazônia) e regional (presente nas maquetes de embarcações comumente usadas no estado).

Para celebrar os 10 anos do Mangal das Garças, o Museu receberá novamente a exposição "Arquitetura dos Rios", montada em 2012, durante a Semana dos Museus em Belém. Em exposição, imagens feitas por quatro fotógrafos paraenses: Geraldo Ramos, Alexandre Lima, Rafael Araújo e Armando Queiroz.

CONT.



As fotos retratam a navegação artesanal na Amazônia, a relação do ribeirão com as canoas e barcos e a importância que o transporte fluvial tem para os moradores da região que abriga a maior bacia hidrográfica do mundo. As imagens também possibilitam que o visitante conheça as habitações tradicionais que ainda hoje compõem a paisagem ribeirinha amazônica, como as palafitas e casas de barro.

“Os 10 anos do Mangal são também os 10 anos do Memorial, por isso decidimos reabrir esta exposição, que esteve instalada no Museu em 2012 e que é uma mostra da realidade dos estaleiros navais da região”, ressalta Emanuel Franco, diretor do Museu da Navegação.

O Memorial Amazônico da Navegação e a exposição “Arquitetura dos Rios” podem ser visitados de terça a domingo, das 9h às 18h. O ingresso para o museu custa R\$ 5,00, com meia entrada para estudantes. Às terças-feiras a entrada é gratuita. Uma oportunidade para visitar o espaço é nesta segunda-feira, 12, em que o parque abre excepcionalmente e oferece gratuidade em todos os espaços monitorados.

Camila Barros
Organização Social Pará 2000



Aulas da Unemat começam na segunda-feira no campus de Barra do Bugres

SÍTIO MÍDIA NEWS, 10.01.2015

Ao todo, são 100 acadêmicos indígenas no campus de Barra do Bugres

DA REDAÇÃO

Começam na segunda-feira (12) as aulas dos 100 acadêmicos indígenas no campus de Barra do Bugres. São, ao todo, quatro cursos de licenciatura: Pedagogia Intercultural; Ciências Sociais; Línguas, Artes e Literatura e Ciências da Matemática e da Natureza.

Na Escola Agrícola, onde os alunos ficam hospedados e fazem as alimentações, os trabalhos de limpeza e as equipes de alimentação e manutenção trabalham para receber os acadêmicos.

As aulas da Educação Indígena ocorrem em momentos concentrados, no período de 10 de janeiro a 07 de fevereiro, e também no mês de julho. Nos demais períodos, os alunos realizam atividades pedagógicas com a supervisão dos professores da Unemat nas próprias aldeias onde atuam como professores.

“Queremos mostrar a Mato Grosso o tesouro que é a Unemat. Nossa gestão também começa agora e estamos trabalhando com metas de planejamento e de divulgação das nossas ações”, disse Ana Di Renzo, em reunião com o secretário-chefe da Casa Civil, Paulo Taques, nesta quinta-feira, no Palácio Paiaguás, em Cuiabá.

Segundo a reitora, o secretário da Casa Civil assegurou que o Estado vai determinar um interlocutor para tratar e atender as demandas da universidade, garantindo um espaço de diálogo com o governo.

Agricultores denunciam abandono do governo depois de retirada de terras indígenas
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 11.01.2015



Produtores rurais que foram expulsos da área da antiga Fazenda Suiá-Missu no Mato Grosso, demarcada pela Funai como Terra Indígena, denunciaram que o governo federal abandonou as famílias nas áreas do Projeto Casulo, assentamento suburbano criado para recebê-los após a operação de desintrusão. Cerca de 60 trabalhadores que relataram o descaso do Executivo para com os assentados foram ouvidos pela Câmara no início de dezembro.

O ex-presidente da Associação de Produtores Rurais da Suiá Missú (Aprosum), Renato Teodoro, afirmou que as famílias moram em barracos de lona, sem água, sem acesso a estradas, sem energia elétrica e sem saneamento. "Houve vários compromissos assumidos pelo Incra que não foram cumpridos", afirmou Teodoro.

Ele afirmou que o processo de retirada foi feito de forma desumana porque deixou muitas famílias abandonadas. "Ninguém respeitou nada, destruíram igrejas, escolas. Produtores se mataram, se separaram, ficaram doentes. Foi uma desumanidade, e ninguém consegue resolver o assunto", relatou Renato Teodoro.

A vice-prefeita de Alto da Boa Vista (MT), Irene Maria Rocha Santos, denunciou que algumas pessoas que foram expulsas da terra pela Funai estão vivendo em lixão na área, buscando comida. "Não fomos ouvidos por ninguém. Minha indignação é pelo descaso", disse.

CONT.



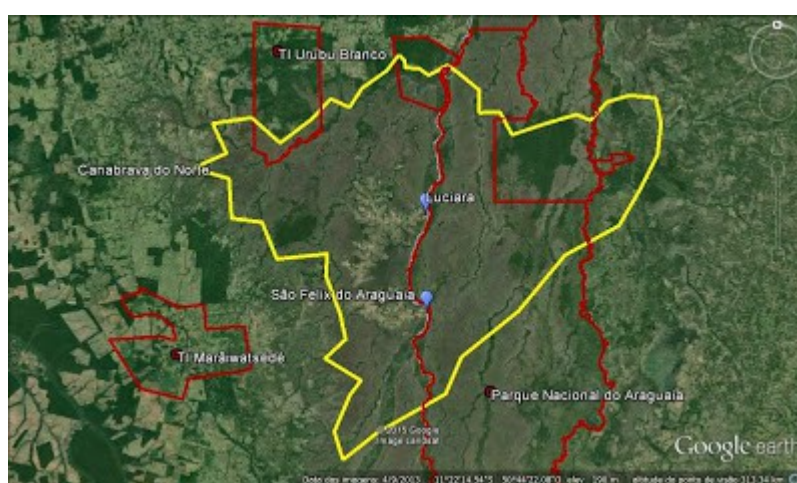
Emocionada, a comerciante Maria Brasilina, disse que antes da retirada tinha renda própria e era uma microempresária em Posto da Mata, e que hoje precisa trabalhar como doméstica para ter o que comer. Brasilina também relatou que chegou ao ponto de pedir dinheiro nas estradas para comprar comida.

O deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), que solicitou o debate, disse que a PEC 215/00 pode ser a solução para os problemas de demarcação de terras indígenas.

A proposta altera o processo de demarcação de terras indígenas. "O modelo atual de demarcação traz mais problemas do que soluções, tanto para produtores quanto para índios. Não podemos mais dividir o Brasil entre índios e não índios", lamentou o parlamentar.

Com informações da Agência Câmara e foto de Lucio Bernardo Jr., da Câmara dos Deputados.

Portaria da SPU causa pânico no Mato Grosso
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 11.01.2015



Linha amarela marca o perímetro demarcado pela Portaria SPU nº 294

No apagar nas luzes de 2014 o Ministério Público Federal (MPF) e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) deram um grande susto em parte da população da região do Araguaia nos estados de Mato Grosso e Tocantins. Saiu publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de novembro a Portaria 294 por meio da qual a SPU declarou de "interesse do serviço público" uma área de 1,6 milhões de hectares abrangendo nove municípios nos dois estados. A portaria deu origem a uma onda boatos na região segundo os quais o Governo estaria demarcando sumariamente a área como Terra Indígena e expulsaria os ocupantes ilegais a exemplo do que fez na área da antiga Fazenda Suiá-Missu.

De acordo com a Portaria, a área demarcada é "indubitavelmente da União por se tratar de terrenos sujeitos a inundações periódicas do Rio Araguaia". Ainda de acordo com o texto da portaria, a medida visa a "regularização fundiária de interesse social e reconhecimento do território de comunidades tradicionais que ocupam o local". O texto diz ainda que a Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso (SPU/MT) deverá proceder "a notificação administrativa dos ocupantes irregulares que não tenham direito à permanência no local para a desocupação do imóvel.

A notícia da publicação do Portaria, dada em primeira mão pelo Portal Agência da Notícia, correu como um rastilho de pólvora na região. A população que assistiu o governo expulsar milhares de agricultores da área da antiga Fazenda Suiá-Missu, demarcada como Terra Indígena Marãiwatsédé inclusive demolindo um povoado inteiro, quase entrou em pânico.

CONT.



Os termos "reconhecimento do território de comunidades tradicionais" e "notificação administrativa dos ocupantes irregulares que não tenham direito à permanência no local", explícitos na portaria, geraram o temor de que o governo do PT, Funai, MPF e agora a SPU estivessem tramando uma grande demarcação sumária na região.

A área delimitada a partir de imagens de satélite em um escritório de Brasília abrange os municípios de Luciara, Canabrava do Norte, Novo Santo Antônio, Porto Alegre do Norte, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, no Mato Grosso e Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pium, no Tocantins. Engloba imóveis rurais legalmente destacados do patrimônio público, cidades, vilas, assentamentos da reforma agrária, unidades de conservação e várias terras indígenas já demarcadas.

O Prefeito de Luciara, Fausto Azambuja Filho, afirmou que o clima na região é de tensão. "Todos nós estamos muito apreensivos com tudo isso, as máquinas estão paradas, os agricultores de mãos atadas e a economia do nosso município depende das atividades agrícolas", desabafou na ocasião o prefeito.

A Federação de Agricultura do Mato Grosso (FAMATO) divulgou nota explicando que a portaria fará com que a exploração da área sofra restrições quanto ao tipo de atividades a serem praticadas e essa política de exploração ficará a cargo do governo federal". O texto da Famato foi omissivo em relação ao risco de demarcação de área indígena via Portaria da SPU.

Depois de espalhar o pânico na região, o Ministério Público Federal divulgou na última quinta-feira (8) uma nota oficial que não esclarece absolutamente nada além do que já se sabe.

Mas o que está por trás da portaria do SPU?

Ninguém da equipe do Questão Indígena foi capaz de desvendar esse mistério. É possível que a atitude da SPU tenha relação com as decisões do Supremo Tribunal Federal no caso Raposa Serra do Sol que impedem a Funai de demarcar áreas privadas como terras indígenas através de processos administrativos. A declaração da área como patrimônio da união autorizaria assim a Funai a encaminhar os processos de regularização fundiária via demarcação através do rito normal.

É possível que portaria esteja ligada ao caso dos retireiros de Luciara, que disputam uma área de pecuária extensiva com produtores rurais. O Ministério do Meio Ambiente tem interesse em criar uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável na região.

É impossível afirmar o que está por trás da ação do MPF através da Portaria da SPU. O fato é que ela precisa ser de alguma maneira esclarecida. A própria Nota do MPF, que não traz nenhum esclarecimento objetivo, é indício de que há interesses indizíveis por trás dessa portaria.

Nossa sugestão é que a Câmara dos Deputados promovam uma audiência pública para

CONT.



esclarecer o assunto tão logo os trabalhos sejam retomados em fevereiro. É preciso convocar o novo Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, a quem é subordinada a Secretaria de Patrimônio da União, e o Ministério Público Federal para que esclareçam definitivamente o assunto.

É preciso deixar claro:

1. Qual o objetivo da portaria do SPU publicada a pedido do MPF;
2. Quais as consequências da portaria para os proprietário de terra da área abrangido pela portaria; e,
3. Como devem proceder os donos de imóveis abrangidos pela portaria para regularizar suas propriedades.

Exclusivo: Entrevista com o novo presidente da Famasul, Nilton Pickler
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 11.01.2015



No final do ano passado o presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (Famasul), Eduardo Riedel, aceitou o convite do governador eleito, Reinaldo Azambuja, para ocupar uma das secretarias na nova administração. Riedel deixou o comando da Famasul nas mãos de Nilton Pickler. Em entrevista exclusiva ao Questão Indígena, o novo presidente da Famasul fala sobre sua expectativa para o debate nos próximos anos. "É necessário que o governo faça uma revisão dos processos da Funai com base nas orientações do STF", diz Pickler.

No ano passado o Supremo Tribunal Federal (STF) anulou o decreto de homologação de uma terra indígena no Mato Grosso do Sul porque não havia índios no local em 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal. Os ministros aplicaram ao caso a decisão da corte no caso Raposa Serra do Sol, no qual ficou assentado que apenas áreas ocupadas por índios quando a Constituição foi promulgada podem ser demarcadas através dos processos administrativos ordinários da Funai. De acordo com esse critério, nenhuma das zonas de conflito no Mato Grosso Sul pode ser demarcada.

Importante liderança rural no estado, Pickler comandou o Sindicato Rural de Bonito por três mandatos antes de assumir a vice-presidência da Famasul em 2012 e sempre foi uma vez crítica à atuação do Governo Federal nos conflitos indígenas no estado. "Na ausência de lei, de governo, só nos resta a resistência", disse Pickler em 2013 no auge dos conflitos entre indígenas e produtores rurais.

CONT.



Nilton Pickler assume a liderança dos produtores rurais em um dos estados mais conflagrados por conflitos indígenas. Leia a entrevista:

QI - Qual a posição da Famasul em relação às 84 propriedades ocupadas ilegalmente por indígenas no estado?

Nilton Pickler - A Federação entende como não sendo mais tolerável o uso de invasões de propriedades privadas produtivas como instrumento de reivindicação política. É preciso separar problema de falta de política pública de problema fundiário. Já passou da hora do Governo federal assumir sua obrigação com relação às políticas públicas.

Os produtores não podem pagar a conta da ineficiência do governo federal em atender às comunidades indígenas. Os produtores rurais pagaram por suas terras, continuam pagando os tributos normalmente e, além disso, produziram, geraram riquezas ao País e hoje são prejudicados por um problema que não foi criado por eles.

QI - Qual a posição da Famasul em relação à demarcação de terras indígenas através da compra de imóveis?

Nilton Pickler - A demarcação busca regularizar a ocupação tradicional com base na previsão da constituição. Mas isso não é o que acontece em Mato Grosso do Sul. Aqui a compra de terras com o devido pagamento por parte do governo federal é uma possibilidade de atendimento de eventuais necessidades das comunidades indígenas. Mas para que isso ocorra de maneira satisfatória é preciso que seja respeitado o preço de terra e que o proprietário concorde em vender seu imóvel. É uma alternativa para que o governo assuma sua responsabilidade.

QI - Na sua visão, de que forma as decisões do Supremo Tribunal Federal, que usaram o marco temporal de 1988 para anular duas demarcações de Terras Indígenas no Mato Grosso e Maranhão, afetarão as demarcações no Mato Grosso do Sul?

Nilton Pickler - Acredito que seremos beneficiados com as decisões ocorridas em Mato Grosso e no Maranhão. É necessário que o governo faça uma revisão dos processos da Funai com base nas orientações do STF. Uma vez adequados os procedimentos as tais orientações, teremos redução das discussões judiciais, enquanto a Funai não revisar os procedimentos abertos e permanecer resistindo à orientação do STF, a situação de insegurança jurídica vai permanecer.

QI - Qual a sua opinião sobre a atuação da CNA no debate da Questão Indígenas nos últimos anos e como o Sr. acha que a Confederação deve se portar no próximo ano?

Nilton Pickler - A atuação da CNA e de todo o sistema sindical tem sido fundamental para a defesa dos direitos dos produtores rurais. Por ser uma atuação institucional, muitas das atividades e das conquistas obtidas ficam no anonimato e não se tornam de conhecimento público.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 4/ 2015

Brasília, 12 de janeiro de 2015.

Em relação a Federação, um exemplo da nossa atuação são as mais de 100 ações judiciais movidas pela instituição contra a Funai buscando a adequação dos procedimentos de demarcação às orientações do STF.

QI - Qual sua expectativa para o debate da Questão Indígena no próximo ano?

Nilton Pickler - A expectativa é que o governo siga as orientações do STF encerrando a fase de insegurança que hoje vivemos.

Foto: Assessoria de Imprensa do Sistema Famasul.

Incêndios criminosos impedem regeneração florestal em terra indígena

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 11.01.2015

Os Xavante da Terra Indígena (TI) Marãiwatsédé, no leste mato-grossense, tentam manter as tradições que herdaram de seus antepassados, mas enfrentam desafios para conseguir os recursos da natureza para fazer suas casas, seu artesanato e para realizar seus rituais. A caça também está escassa e até água falta. Além disso, acredita-se que a água de alguns rios esteja contaminada com agrotóxicos.

Os desafios são enormes, talvez até maiores do que foi conseguir recuperar a posse da terra que era ocupada por seus antepassados. A desintrusão de não índios da TI Marãiwatsédé terminou em janeiro de 2013. E deixou como herança para os Xavante a TI mais desmatada da Amazônia Legal.



Axa - Dos 165 mil hectares, localizados na região norte do Araguaia mato-grossense, mais de 104 mil hectares estavam desmatados na época da desintrusão.

Dos 165 mil hectares, localizados na região norte do Araguaia mato-grossense, mais de 104 mil hectares estavam desmatados na época da desintrusão. Os restantes 40% de floresta

CONT.



ficam longe da aldeia, estabelecida na área mais desmatada. (veja no gráfico abaixo o ranking do desmatamento de TIs)

Situadas em Terras Indígenas demarcadas, as aldeias Xavante quase não mudam de local. Sem caça e coleta suficientes para alimentar a todos, os índios sobrevivem com as míseras cestas básicas do governo, que trouxeram com elas o sedentarismo e muitas doenças. Mesmo assim a comida não é suficiente e também falta assistência, médica principalmente.

Para que a aldeia consiga o mínimo de suprimentos tradicionais, é necessária a recuperação dos mais de 100 mil hectares desmatados. Porém, a situação é crítica. "Desde 2013, houve mais devastação que regeneração", diz Diego Schmith Gino, da Opan. É isso mesmo que você leu.

Depois da desintrusão, milhares de incêndios, além de impedir a regeneração, estão devastando o que resta de mato da Terra Indígena. Somente em agosto de 2014, no auge da seca, os satélites do Inpe detectaram 1.200 focos de queimadas dentro da Marãiwatsédé, conforme análise feita pelo ISA (Instituto Socioambiental). (veja o gráfico publicado no boletim de Olho no Xingu).

O modo de vida dos Xavante

O pensamento difundido na sociedade de que existe pouca terra para muito índio nasceu devido a desinformação sobre a cultura indígena e com base em uma visão que prioriza o uso da terra para a produção agropecuária e o lucro econômico. Os Xavante utilizam a terra para extrair o alimento que consomem, não para produzir e vender.

De acordo com a indigenista da organização Operação Amazônia Nativa (Opan), Maria Nahssen, que trabalha com os Xavante, esse é um povo tradicionalmente seminômade. "É um povo caçador e coletor", explica. Antes da colonização da região Xingu/Araguaia, os Xavante ocupavam uma área muito maior. As aldeias eram transferidas de local de tempos em tempos.

Dentro da organização social dos Xavante, os homens são responsáveis pela caça e proteção, pela manutenção dos rituais e cerimônias religiosas; as mulheres pelos afazeres familiares, coleta e plantio. Trabalhos bem definidos e uma rotina guiada pelas estações do ano e sustentada pelo que a natureza oferecia. Neste ritmo eles viviam, mudando de lugar, caçando e coletando.

As roças xavante são compostas por espécies que se mantêm no sistema florestal por longo prazo. Baseada em um manejo prolongado e agroflorestal, os Xavante são também agricultores, pois parte das espécies coletadas, como cará, inhames e batata doce, são domesticadas para a coleta.

Buscar alternativas eficazes e viáveis para a recuperação da Terra Indígena mais desmatada da Amazônia Legal é um desafio. E deverá acontecer por meio da regeneração natural com

CONT.



auxílio das técnicas existentes, como o plantio mecanizado de sementes florestais. Mas o fogo tem impedido a regeneração natural, a alternativa mais barata. "Se der uma cessada nas queimadas, a gente acredita que em poucos anos a floresta estará grande novamente", diz Diego.

Os Xavante culturalmente põem fogo na mata para fazer roça e caçar. Mas é um incêndio controlado e se for praticado de tempos em tempos, alguns estudos indicam ser benéfico para o equilíbrio do Cerrado. Porém a quantidade e a constância dos focos na TI em processo de regeneração e fragilizada, traz um desequilíbrio que está matando o que sobrou da vegetação.

Para 2015, existe a expectativa de os Xavante ocuparem mais o território. Por enquanto, eles estão em apenas uma aldeia, que fica localizada em um extremo da TI, mas a dinâmica cultural Xavante possibilita que as aldeias se fragmentem à medida que elas incham. No caso de Marãiwatsédé, a aldeia permaneceu unida por causa do perigo dos invasores.

Com a ocupação, poderá haver maior controle do território com a diminuição das invasões e dos incêndios criminosos. Diminuindo os incêndios, enfim, a floresta pode se regenerar e oferecer uma perspectiva de vida diferente para as futuras gerações. Depois de conquistara terra, a luta dos Xavante continua.

Coleta de sementes é alternativa viável

Sem recursos naturais suficientes e com ajuda mínima do governo, os Xavante estão buscando alternativas de renda para suprir suas necessidades mais básicas. Só que isso precisa ser feito com respeito à sua cultura. Uma dessas alternativas foi a criação, em 2011, de um grupo de coletoras de sementes, que hoje totaliza 35 mulheres. Em 2014, a coleta rendeu apenas R\$ 5.895,23. Parece pouco, mas foi mais que o dobro que o arrecadado em 2013, de R\$ 2.273,54, tornando-se uma importante fonte de renda para as famílias.

A indigenista Maria Nahssen explica que a coleta só não é maior por conta da devastação, e também por falta de transporte. "As áreas de floresta ficam longe da aldeia e eles não possuem locomoção para fazer esse deslocamento". Para o ano que vem está sendo planejada a realização de expedições para a coleta de sementes.

As sementes são entregues para a Associação Rede de Sementes do Xingu, com sede em Canarana/MT, que tem hoje 421 coletores associados espalhados pela região Xingu/Araguaia e que comercializou neste ano mais de 26 toneladas de sementes florestais para a recuperação de áreas degradadas em todo o Brasil.

Para o ano que vem, utilizando recursos do FAM (Fundo Amazônia), estão previstas a construção de um viveiro de mudas e de uma casa de sementes na aldeia, além da aquisição de kits de beneficiamento de sementes. Capacitações para melhorar a eficiência também estão sendo programadas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 4/ 2015

Brasília, 12 de janeiro de 2015.

De acordo com suas possibilidades, os Xavante já recuperaram um hectare de área degradada com o plantio de sementes a lanço. Até o final do ano estava previsto o plantio de mais três hectares. Com a coleta de sementes, os quintais das casas também estão cheios de árvores, principalmente frutas.

Fonte: MST

Esmola ofertada por umuaramenses mantém índios em situação de perigo
SÍTIO UMUARAMA ILUSTRADO, 11.01.2015



Umuarama - Desde dezembro, dezenas de índios tomaram os semáforos localizados nas avenidas centrais da cidade pedindo esmola, como também a rodoviária como abrigo. Conforme a Secretaria de Assistência Social, o grupo étnico vem de Laranjeira do Sul e encontraram em Umuarama um ambiente acolhedor, com vários umuaramenses oferecendo caridades. Tal situação é prejudicial aos visitantes, que ficam a mercê dos perigos da cidade, principalmente as crianças.

Conforme a chefe de Proteção Especial, Débora Baggio, devido os riscos que os índios e seus filhos estavam correndo passando o dia entre os carros e a noite na rodoviária municipal, o cacique da tribo foi informado da situação. Ainda segundo Débora, eles recebem autorização para deixarem a aldeia e fiquem 15 dias nas cidades, com o objetivo de vender seus artesanatos. "É da cultura deles, mas aqui estavam em risco devido aos perigos de não terem onde ficar, como também permanecer entre os veículos", disse.

O ponto interessante no levantamento feito pela órgão de assistência social é o motivo da maior permanência dos índios em Umuarama, uma vez que alguns estão na cidade a mais de 30 dias. A entrevistada argumentou que o grande número de esmola entregue pelos umuaramenses ofereceu uma estadia maior para os visitantes. "Os índios acabaram ficando na cidade, pois recebiam dinheiro, brinquedos, roupas e comida", contou.

Por isso, a servidora pública orienta as pessoas a não realizarem o ato da esmola, pois nas tribos os índios recebem todo amparo da Fundação Nacional do Índio (Funai). "Se a pessoa quiser ajudar, então compre o artesanato. Quando damos esmolas permitimos que eles fiquem em locais inadequados a mercê de vários perigos", explicou.

CONT.



A orientação se estende para outros pedintes situados nas ruas da cidade, como nas portas das agências bancárias. A chefe explica que o município oferece programas e projetos para atender essa parcela da comunidade e a esmola é um incentivo à permanência na degradação.

Volta para casa

No mês de dezembro a cidade chegou a contar com 100 índios alojados nos canteiros das avenidas, rodoviária e no terminal rodoviário urbano. Na última contagem realizada quinta-feira o número caiu para 34 e conforme a Proteção Especial, na sexta-feira muitos outros já tinham indo embora da cidade. "Eles sabiam que estavam em situação ilegal, pois a permissão para ficar fora da aldeia é de 15 dias", lembrou Débora.

Cultura livre

O choque cultural entre os umuaramenses e os índios, fez muitos leitores procurarem a reportagem do jornal pedindo uma intervenção na situação do grupo. A preocupação principal era com a situação das crianças, que entre os carros deixaram uma frase conhecida de todos os motoristas: "dá moeda". Porém, por terem uma legislação específica a única orientação repassada é não dar esmola.



Assoreamento do rio compromete piscicultura em Pão de Açúcar, AL
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 11.01.2015

Volume menor de água no Rio São Francisco prejudica população ribeirinha. Piscicultores são obrigados a mudar de atividade para sustentar família.

O assoreamento do Rio São Francisco deixou em crise o setor da piscicultura no município de Pão de Açúcar, na Região do Baixo São Francisco, em Alagoas. Dos 80 piscicultores que viviam da criação em tanque e rede, apenas cinco continuam na atividade. Uma situação preocupante em uma região que sobrevive predominantemente da pesca.

O que se vê em uma área que antes comportava 150 tanques são redes fora da água e viveiros abandonados. Os produtores que não conseguem mais sustentar a família com a piscicultura, buscam novas alternativas para sobreviver.

"A gente cria um porco, uma cabra, vai criando qualquer coisa. Vamos se virando. Depois que deu essa escassez na parte do rio e dos peixes, nós estamos passando por um pouco de sofrimento", lamenta o produtor rural José Feitosa.

O gestor do Arranjo Produtivo Local (APL) da Piscicultura (uma espécie de cooperativa), Miguel Alencar, diz que o grupo tenta encontrar uma saída para a dificuldade enfrentada pelos ribeirinhos, como o estudo de locais viáveis para a manutenção da atividade.

"Já identificamos um local, só que fica longe da cidade, 30 quilômetros rio acima. Já que a gente não tem área perto, vamos para longe, porque eles querem continuar criando peixe. Nós do APL estamos dando todo o apoio", conta Alencar.

Até que a situação melhore, os ribeirinhos continuam a buscar alternativas de sobrevivência, como o agora comerciante Riveira Oliveira do Nascimento. Ele trocou a piscicultura pelo comércio. "Devido ao assoreamento do rio, ficamos sem pontos para criar [peixes] e tive que mudar de atividade. No lugar de criar e vender o peixe retirado do rio aqui na banca, estou trabalhando com a linha de cozidos e fritos no restaurante. Não tem condições de trabalhar com peixes vindos de outra localidade", lamenta Nascimento.



No PA, protesto bloqueia entrada para canteiro de obras de Belo Monte

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 11.01.2015

*Rodovia Transamazônica está bloqueada desde a noite de sábado, 10.
Associação de Povos Indígenas lidera a manifestação, segundo a PRF.*

Um protesto iniciado na noite de sábado (10) bloqueia a entrada de veículos no canteiro de obras da Usina de Belo Monte, no quilômetro 600 rodovia BR-230, a Transamazônica, no sudoeste do Pará. Segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o protesto é organizado pela Associação dos Povos Indígenas Nativos Ribeirinhos do Médio Xingu. A Norte Energia, empresa responsável pela Usina de Belo Monte, condenou o bloqueio da rodovia em nota enviada à imprensa. A empresa afirma que o bloqueio foi realizado de forma violenta e não realizará negociação com os manifestantes enquanto perdurar o clima de ameaça e o bloqueio da estrada.

Os manifestantes anunciam uma extensa pauta de reivindicações e pedem a presença de representantes da usina e do Governo Federal para negociar a liberação da via. Segundo a PRF, a cada meia hora os manifestantes liberam o fluxo de veículos na rodovia, bloqueando apenas a passagem de veículos relacionados à usina, impedidos de seguir viagem em direção ao canteiro de obras de Belo Monte.

Confira a nota da Norte Energia na íntegra:

A Norte Energia condena o fechamento da rodovia Transamazônica por um pequeno grupo de indígenas citadinos iniciado neste sábado com o uso de violência. A Empresa vem cumprindo todo o Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI), tendo inclusive um comitê de acompanhamento integrado por todos os indígenas. A Empresa não realizará negociação enquanto perdurar o clima de ameaça e o bloqueio da estrada.

Justiça determina perícia sobre impactos de agrotóxicos em área indígena no Pará
SÍTIO ECOAGÊNCIA, 11.01.2015

Índios Tembé apontam relação entre a chegada da empresa Biopalma em Tomé-Açu e o surgimento de doenças

Por Ascom MPF/PA



A Justiça Federal determinou a realização de perícia científica em área de cultivo de dendê e em área indígena no município de Tomé-Açu, no nordeste do Pará. A decisão é baseada em ação em que o Ministério Público Federal no Estado (MPF/PA) aponta indícios de que o uso de agrotóxicos pela empresa Biopalma está provocando sérios impactos no meio ambiente e, principalmente, na saúde das famílias indígenas Tembé.

Em caráter liminar, o juiz federal Antonio Carlos Almeida Campelo determina que a perícia seja executada pelo Instituto Evandro Chagas (IEC) para averiguar os impactos da cultura do dendê no solo, na flora, na fauna, no ar e nos recursos hídricos.

Campelo definiu também que a investigação deve verificar se há presença de agrotóxicos utilizados na cultura do dendê e se esses produtos estariam causando problemas à saúde dos índios. O IEC deve providenciar, ainda, a realização de exames clínicos nos Tembé da Terra Indígena (TI) Turé-Mariquita.

Espera - Desde 2012, pelo menos, os Tembé da Turé-Mariquita tentam obter compensações e ações de mitigação para os impactos que sofrem com as atividades da Biopalma da Amazônia, de acordo com informações enviadas pelo MPF/PA à Justiça. Também foram encaminhados vários relatos indígenas com denúncias sobre a contaminação, com a morte de animais, peixes e o surgimento de várias doenças.

"Adultos e crianças sentem muita dor de cabeça, febre, diarreia e vômito. Estão dispostos a negociar e a ouvir as propostas da empresa. Os alimentos estão ficando contaminados. Antes caçavam nas áreas que são hoje da empresa e hoje são proibidos. A comunidade foi procurar a empresa para reivindicar saneamento e a empresa se recusou, disse que não tinha nada a ver com isso. Precisamos trabalhar juntos, precisamos de melhoria de vida, peixes e caças mortas depois da aplicação do veneno, antes nós não víamos isso", diz um dos relatos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 4/ 2015

Brasília, 12 de janeiro de 2015.

Recentemente, o Instituto Evandro Chagas comprovou contaminação por agrotóxico em plantações de dendê, registradas em relatório de perícia feita nos municípios de São Domingos do Capim, Concórdia do Pará, Bujaru e Acará, vizinhos de Tomé-Açu e também tomados por plantações de dendê para beneficiamento pela Biopalma e outras empresas. O relatório, apesar de não tratar especificamente do município de Tomé-Açu, guarda muitas semelhanças com os relatos dos índios.

MPF/PA - EcoAgência



A força ritual dos povos originários

SÍTIO CIMI, 12.01.2015

Fonte da notícia: Egon Heck e Laila Menezes, membros do Cimi

ou começar 2015 com o final de 2014. Por uma razão muito singela e justa. Os povos indígenas do Brasil terminaram o ano com uma vitória quase impossível. Infringiram aos todos poderosos senhores do agronegócio, do latifúndio e da agroindústria uma derrota que eles não admitiam de jeito nenhum. Terminar o ano sem aprovar o relatório da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 era um cenário descartado. A realidade com que tiveram que se confrontar teve um amargo gosto de derrota de uma vitória certa.

Como seria possível que algumas dúzias de indígenas com apoio de alguns aliados pudessem impedir a aprovação desse projeto de emenda constitucional, genocida? Ainda mais considerando que trata-se de uma comissão e um Congresso em que os interesses antiindígenas têm ampla maioria.

Nailton Pataxó Hã-Hã-Hae, aguerrida liderança na luta pelos direitos de seu povo na recuperação do território e na conquista dos direitos indígenas na Constituição de 1988, declarou: "Em nossas vidas devemos ter a firmeza dos rituais e a eles dedicar 50 por cento de nosso tempo. Os outros 50 por cento, dividir com as outras atividades". Com essa fala animou seus parentes que permaneceram firmes nos rituais diante da portaria da Câmara compactamente tomada por policiais militares e seguranças. Entusiasmou os guerreiros que foram barrados, vergonhosamente, em cenas piores do que no período da ditadura militar/civil.



Eu poderia dizer como algo jamais visto que quanto mais as forças policiais se multiplicavam em número mais os rituais cresciam em força, em ânimo, entusiasmo e em respostas que para muitos parecem casualidades, mas que para os povos são providências dos encantados. Como, por exemplo, na primeira noite em que prenderam algumas lideranças indígenas a chuva foi tão forte que o Congresso, não por acaso, foi invadido por lama e alguns parlamentares ficaram, por horas, ilhados naquele mar de lama.

CONT.



No segundo dia, enquanto a comissão estava reunida, as luzes foram apagadas por falta de energia no Congresso, impedindo a continuidade dos trabalhos. Segundo os indígenas, os policiais lá fora barravam apenas a entrada dos corpos e não dos espíritos. Ninawá Huni Kui, do Acre, reforçou essa convicção, dizendo que só com os rituais os povos indígenas poderiam conquistar essa vitória. "Essa é a arma mais importante e forte que temos. Enquanto nós continuamos unidos em ritual, os espíritos dos nossos antepassados estarão no lado de dentro do Congresso, onde nós estamos impedidos de estar. Os encantados e os deuses estão agindo em nosso favor, em favor dos nossos direitos", afirmou.

Fortes chuvas, raios e trovões estrondaram nos céus de Brasília, enquanto os indígenas continuaram em ritual, durante 12 horas seguidas. Cinco lideranças da mobilização indígena foram presos, acusados de tentativa de assassinato de policiais. O juiz rechaçou o motivo da prisão e afirmou que todos têm direito à se manifestarem na defesa de seus direitos. Poucos dias depois foram libertados.

Não existem dúvidas de que só povos com tamanha sabedoria e espiritualidade podem fazer frente e vencer forças tão poderosas. Um possível cenário aponta para a continuidade dessa luta, com a constituição de uma nova comissão especial, produção e votação de um novo relatório sobre esta PEC e de outras que primam pela retirada de direitos constitucionais dos povos originários do Brasil.

Kátia Agronegócio Breu



A ministra do agronegócio, Kátia Abreu, assumiu. Logo vieram novas pérolas envoltas em cinismo, prepotência e ignorância sobre os povos indígenas, sua longa história de resistência, seus territórios e seus direitos.

Ao afirmar que não mais existem latifúndios no Brasil, a ministra da Agricultura só faltou repetir um velho jargão da ditadura “os índios são latifundiários”. E afirmar que eles estão deixando seus territórios sagrados para irem ocupar os espaços da produção não é apenas um caso de má fé ou ignorância, mas é a explicitação da intenção do agronegócio em restringir ou até acabar com os direitos indígenas a seus territórios coletivos com o beneplácito do governo.

As manifestações dos povos indígenas em Brasília certamente ganharam novos endereços: Ministério da Agricultura e Ministério das Minas e Energia, dentre outros.

Ano de solidariedade com os povos indígenas e a Mãe Terra

Se a espiritualidade, os rituais e a mobilização foram os esteios das lutas e vitórias do

CONT.



movimento indígena em 2014, foi também muito importante a solidariedade e o apoio de seus aliados em nível nacional e mundial. A ampliação e consolidação dessa solidariedade será, sem dúvida, fundamental para os duros embates que estão pintados com os interesses do Estado brasileiro, um governo com posturas antiindígenas e um Congresso preponderantemente conservador e alinhado com as forças contrárias aos direitos indígenas, especialmente os direitos dos territórios e os recursos naturais neles existentes.

Quem acompanha os difíceis e duros embates dos povos indígenas, desde as aldeias até Brasília, não tem dúvidas de que “o atual movimento indígena brasileiro está cada dia mais forte. Tem lideranças jovens, aguerridas e persistentes... Elas saberão responder à altura toda ignorância que insiste em se disseminar em declarações como a vinda da boca de uma ministra de estado. Os índios não estão descendo para áreas de produção. Estão subindo as rampas dos palácios, entrando nas terras que lhes pertencem, exigindo seus direitos” (Elaine Tavares, janeiro 2015).



Na manifesta solidariedade aos povos indígenas do Brasil, vale destacar as palavras de Boaventura de Souza Santos em carta às autoridades brasileiras: “podemos estar perante um verdadeiro atentado contra a humanidade. Explico-me. Autoridades brasileiras estão diante de uma decisão que pode abalar definitivamente a garantia dos direitos dos povos indígenas no país... A PEC 215/2000 é um golpe frontal e impiedoso às vidas dos povos indígenas...”.

Os povos indígenas no Brasil certamente terão, juntamente com outros setores e os povos tradicionais, duros embates com os interesses manifestos do governo e do Congresso. Será um ano de permanentes rituais e mobilizações.



União terá que comprar 30 hectares para índios guarani-kaiowá de Curral do Arame
SÍTIO CEDEFES, 12.01.2015

Se prazo de 90 dias não for cumprido, ministro da Justiça poderá ser processado por crime de responsabilidade. Decisão de reintegração de posse contra comunidade também foi suspensa.

O Governo Federal deverá comprar um lote de terra em Dourados (MS), correspondente a um módulo rural (30 hectares), para acolher indígenas da etnia guarani-kaiowá que vivem na Comunidade Curral do Arame (Tekoha Apika'y), às margens da BR-463. A área deve ser adquirida em até 90 dias e será indicada pela comunidade indígena, que lá permanecerá até a demarcação definitiva da terra. A ordem de reintegração de posse contra parte da comunidade que ocupa uma fazenda na região foi suspensa.

A decisão, da 1ª Vara da Justiça Federal de Dourados, atendeu a ação ajuizada pelo Ministério Público Federal. Caso não a cumpra, o ministro da Justiça poderá ser acionado judicialmente. "Determino desde já a expedição de ofício ao procurador geral da República para a apuração de crime de responsabilidade", determina a Justiça.

Segundo o MPF, "os indígenas vivem em situação desumana e que lhes expõe a risco de morte iminente e concreto, inclusive, já morreram oito membros da comunidade vitimados por atropelamentos". Os guarani vivem sem instalações sanitárias e acesso à energia elétrica, e utilizam água imprópria para o consumo humano, que coletam em um riacho da região, contaminado por agrotóxicos de lavouras do entorno. Esta situação de vulnerabilidade já dura 12 anos.



A medida dá efetividade a direitos previstos na Constituição Federal de 1988. Em seu artigo

CONT.



231, a Constituição reconhece aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Entenda o caso

A área de terra reivindicada pelos indígenas de Curral do Arame está abrangida pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em 12 de novembro de 2007 pelo MPF e a Funai, para a demarcação das terras de ocupação tradicional indígena na região centro-sul do estado.

Para o MPF, mesmo passando por dificuldade e enfrentando violência, “os indígenas insistem motivados pela profunda ligação material e espiritual com a terra de seus antepassados. A resistência desta pequena comunidade, ao longo desses anos, por si só, já comprova esta ligação”.

Segundo estudo antropológico, os índios da comunidade foram expulsos de suas terras tradicionais para a expansão da agricultura e da pecuária. Parte desta população foi recrutada para trabalhar em fazendas da região como mão de obra barata até que se tornaram “incompatíveis” com a produção.

Os índios resistiram em deixar suas terras, ocupando áreas de reserva legal de propriedades rurais, mas foram obrigados a fugir após a morte do patriarca da família, Hilário Cário de Souza, em 1999, atropelado por funcionário da fazenda que ocupava.

Desde então, os guarani passaram a viver na fina faixa de domínio da rodovia, em barracos improvisados, em frente à terra que reivindicam como tradicional. Além das precárias condições estruturais, o acampamento indígena Curral do Arame já foi queimado duas vezes, a última em grande incêndio ocorrido na região em 2013.

Voltar

Fonte: <http://www.prms.mpf.mp.br/>



Justiça determina perícia sobre impactos de agrotóxicos em área indígena

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.01.2015

Índios Tembê apontam relação entre a chegada da empresa Biopalma em Tomé-Açu e o surgimento de doenças

MPF

A Justiça Federal determinou a realização de perícia científica em área de cultivo de dendê e em área indígena no município de Tomé-Açu, no nordeste do Pará. A decisão é baseada em ação em que o Ministério Público Federal (MPF) aponta indícios de que o uso de agrotóxicos pela empresa Biopalma está provocando sérios impactos no meio ambiente e, principalmente, na saúde das famílias indígenas Tembê.

Assinada nesta terça-feira, 23 de dezembro, pelo juiz federal Antonio Carlos Almeida Campelo, a decisão liminar (urgente) determina que a perícia será executada pelo Instituto Evandro Chagas (IEC) para averiguar os impactos da cultura do dendê no solo, na flora, na fauna, no ar e nos recursos hídricos.

Campelo definiu também que a investigação deve verificar se há presença de agrotóxicos utilizados na cultura do dendê e se esses produtos estariam causando problemas à saúde dos índios. O IEC deve providenciar, ainda, a realização de exames clínicos nos Tembê da Terra Indígena (TI) Turé-Mariquita.

Espera

Desde 2012, pelo menos, os Tembê da Turé-Mariquita tentam obter compensações e ações de mitigação para os impactos que sofrem com as atividades da Biopalma da Amazônia, de acordo com informações enviadas pelo MPF à Justiça. Também foram encaminhados vários relatos indígenas com denúncias sobre a contaminação, com a morte de animais, peixes e o surgimento de várias doenças.

"Adultos e crianças sentem muita dor de cabeça, febre, diarreia e vômito. Estão dispostos a negociar e a ouvir as propostas da empresa. Os alimentos estão ficando contaminados. Antes caçavam nas áreas que são hoje da empresa e hoje são proibidos. A comunidade foi procurar a empresa para reivindicar saneamento e a empresa se recusou, disse que não tinha nada a ver com isso. Precisamos trabalhar juntos, precisamos de melhoria de vida, peixes e caças mortas depois da aplicação do veneno, antes nós não víamos isso", diz um dos relatos.

Recentemente, o Instituto Evandro Chagas comprovou contaminação por agrotóxico em plantações de dendê, registradas em relatório de perícia feita nos municípios de São Domingos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 4/ 2015

Brasília, 12 de janeiro de 2015.

do Capim, Concórdia do Pará, Bujaru e Acará, vizinhos de Tomé-Açu e também tomados por plantações de dendê para beneficiamento pela Biopalma e outras empresas. O relatório, apesar de não tratar especificamente do município de Tomé-Açu, guarda muitas semelhanças com os relatos dos índios.

-

Foto: Acervo/Funai



Governo tem 90 dias para comprar terra e abrigar índios acampados na BR-463
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 12.01.2015

O Governo Federal terá que comprar, dentro de 90 dias, um lote de terra em Dourados, a 233 quilômetros de Campo Grande, para abrigar os índios da etnia guarani-kaiowá que vivem na comunidade Curral do Arame, acampados às margens da BR-463.

Conforme o MPF (Ministério Público Federal), caso o Governo não cumpra o prazo, o Ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, poderá ser acionado judicialmente. "Determino desde já a expedição de ofício ao procurador geral da República para a apuração de crime de responsabilidade", determina documento judicial.

A área a ser adquirida será indicada pela comunidade indígena e os índios permanecerão lá até que a demarcação de terra da comunidade seja definitiva.

Segundo o MPF, os indígenas da Curral do Arame vivem em condições desumanas acampados na BR-463, "expostos ao risco de morte iminente e concreto". Oito índios já morreram atropelados no local.

Os guarani não possuem instalações sanitárias e acesso à energia elétrica, e utilizam água imprópria para o consumo humano, que é coletada em um riacho da região contaminado por agrotóxicos de lavouras próximas. Esta situação de vulnerabilidade já dura 12 anos.

A decisão, publicada hoje (12), foi dada pela 1ª Vara da Justiça Federal de Dourados, atendendo a ação ajuizada pelo MPF.

Caso- Os índios da comunidade Curral do Arame foram expulsos de suas terras tradicionais para a expansão da agricultura e da pecuária. Parte desta população foi recrutada para trabalhar em fazendas da região como mão de obra barata até que se tornaram "incompatíveis" com a produção.

Os índios resistiram em deixar suas terras, ocupando áreas de reserva legal de propriedades rurais, mas foram obrigados a fugir após a morte do patriarca da família, Hilário Cário de Souza, em 1999 - atropelado por um funcionário da fazenda que ele ocupava.

Desde então, os guarani passaram a viver na fina faixa da rodovia, em barracos improvisados, em frente à terra que reivindicam como tradicional. Além das precárias condições estruturais, o acampamento indígena Curral do Arame já foi queimado duas vezes, a última em grande incêndio ocorrido na região em 2013.

Para o MPF, a resistência desta pequena comunidade, ao longo desses anos, comprova a

CONT.



profunda ligação material e espiritual com a terra de seus antepassados.

A área de terra reivindicada pelos indígenas de Curral do Arame está abrangida pelo TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) assinado em 12 de novembro de 2007 pelo MPF e a Funai (Fundação Nacional do Índio), para a demarcação das terras de ocupação tradicional indígena na região centro-sul de Mato Grosso do Sul.



ÁTILA ROQUE E A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

SÍTIO BRASIL 247, 12.01.2015

O historiador e diretor-executivo da Anistia Internacional no Brasil, Atila Roque, 54, escreveu artigo para a Folha de S. Paulo dizendo que apesar dos avanços conquistados em termos de redução da pobreza extrema, continuamos convivendo com um deficit de justiça que compromete o futuro do Brasil. Para ele os dois principais desafios do país são: garantir os direitos de povos indígenas, populações quilombolas e urbanas impactadas por planos modernizantes; e os sistemas de Justiça e segurança pública: "O que vemos são sistemas que aplicam pesos e medidas diferenciados de acordo com a origem e cor, local de moradia ou classe social dos cidadãos", afirmou

Em artigo publicado ontem (11) na Folha de S. Paulo, Atila Roque – 54, historiador e diretor-executivo da Anistia Internacional no Brasil –, disse: "apesar dos avanços conquistados em termos de redução da pobreza extrema, continuamos convivendo com um deficit de justiça que compromete o futuro. A proteção e realização de direitos segue uma lógica seletiva, que exclui parcelas de nossa sociedade. A agenda de direitos humanos é a principal fronteira a ser expandida e consolidada nos próximos anos".

Para ele os dois principais desafios do Brasil são: garantir os direitos de povos indígenas, populações quilombolas e urbanas impactadas por planos modernizantes, frutos de "um certo desenvolvimentismo"; e os sistemas de Justiça e segurança pública: "O que vemos são sistemas que aplicam pesos e medidas diferenciados de acordo com a origem e cor, local de moradia ou classe social dos cidadãos. Nos últimos dez anos, por exemplo, a violência letal entre os jovens brancos caiu 32,3% e entre os negros subiu 32,4%. Ou seja, os homicídios de jovens negros é um dos principais pilares que sustentam o alto índice de assassinatos".

Em entrevista o El País, em julho do ano passado, Atila Roque afirmou que o assassinato do seu pai, de certa maneira, o levou até onde está hoje, à frente de uma organização internacional, com 20 pessoas na sua equipe e 3,5 milhões de reais de orçamento para denunciar as violações de direitos humanos cometidas em um país de 200 milhões de habitantes. "Essa morte me marcou profissionalmente. Naquela altura acabava de me formar em história e minha ideia era seguir a carreira acadêmica, mas ao ver meu pai morrer dessa forma abrupta eu não consegui sair do Rio. Ao ficar, eu tive que procurar uma alternativa para viver, mesmo porque foi um golpe financeiro na família. Foi aí que o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) me fez minha primeira proposta de emprego sério na sua campanha nacional pela reforma agrária".

Atila conclui ao El País: "Temos muito que fazer. Desnaturalizar a violência e romper o silêncio é o maior desafio. Vivemos um excesso de complacência em relação à violação de direitos, e aí a responsabilidade não é só do Governo, senão dos atores privados, é da mídia, das pessoas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 4/ 2015

Brasília, 12 de janeiro de 2015.

que tem voz... Nossos grande desafio é a cultura da indiferencia e o olhar seletivo que a sociedade tem sobre quem sofre violações de direitos humanos. Se for branco e rico vira um tema de conversação, agora se isso acontece na periferia ninguém se importa. A violência seletiva no Brasil está no nosso foco."

Indigenistas e ambientalistas cerram fileiras contra Aldo Rebelo e Katia Abreu
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 12.01.2015



Como era previsível, as nomeações do ministro do Esporte, Aldo Rebelo, e da senadora Katia Abreu (PMDB-TO), respectivamente, para os ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Agricultura (MA), provocaram uma virulenta reação do aparato ambientalista-indigenista internacional e seus apoiadores midiáticos, no Brasil e no exterior. A investida proporciona, não apenas uma didática demonstração do que ambos poderão esperar de tais círculos durante as suas gestões, mas também expõe à luz do dia uma parte importante das redes ambientalistas e indigenistas mobilizadas no País.

Povos do AP terminam o 1º Protocolo Comunitário para preservação ambiental
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 12.01.2015



Foi durante a Cúpula da Terra, evento paralelo à Rio-92 que aconteceu no Aterro do Flamengo, no Rio, que a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) foi aberta. Trata-se de um acordo internacional que reconhece, já em seu preâmbulo, a “estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais”. E é no artigo número 8 dessa norma que fica estabelecido que os países signatários devem “respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais relevantes à conservação e utilização sustentável da diversidade biológica”.

Essa sugestão embasa a necessidade de promover protocolos em tais comunidades. É uma espécie de código de ética que os moradores constroem juntos para viver de maneira melhor, mais justa para todos e também de maneira a tornar sustentável o uso dos recursos biológicos. Para ajudar a fazer um Protocolo Comunitário é preciso ter conhecimento do lugar e metodologia.

Conhecimento do lugar, a Rede Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), que acaba de finalizar o

CONT.



primeiro Protocolo Comunitário do Brasil, tem. Afinal, o projeto foi realizado no Arquipélago do Bailique, no Amapá, território muito frequentado pela equipe de Rubens Gomes, presidente da organização. Já a metodologia foi sendo criada, tendo como base trabalhos realizados pela própria organização, que se autointitula “Rede de Comunidades da Floresta”, e, acima de tudo, a relação entre pessoas.

Para espalhar a técnica e assim permitir que outros povos e comunidades possam usá-la, respeitando o que diz a CDB, o GTA escreveu uma cartilha, que a partir de terça-feira (13) já pode ser acessada em duas versões (disponíveis aqui e aqui) , como explicita a Convenção, que só foi adotada na Conferência das Partes da ONU realizada em Nagoya, no Japão, em 2010, mas não foi ratificada pelo Brasil (leia aqui sobre o Protocolo de Nagoya). A Convenção é o único instrumento internacional que aborda a diversidade biológica com três objetivos: preservar a biodiversidade; o uso sustentável de seus componentes; a repartição justa e equitativa dos benefícios advindos da utilização dos recursos genéticos.

É exatamente neste último ponto que entra o Protocolo Comunitário, “uma ferramenta de gestão de territórios, assim como do controle e da forma de uso de recursos naturais”, como está escrito na cartilha à qual tive acesso em versão eletrônica. Um conjunto de regras internas, estabelecidas pelos próprios moradores – no caso do Bailique, cerca de 11 mil pessoas – que, auxiliados pela delicada intermediação dos técnicos do GTA, percebem como é necessário cuidar do entorno para continuarem contando com a biodiversidade a seu favor.

O Protocolo Comunitário do Bailique começou a ser construído em outubro de 2013 e só agora ficou pronto. Não é nada fácil levar a sério a necessidade de ouvir o maior número de pessoas interessadas. E é absolutamente indispensável, como se sabe, para costurar projetos que realmente levem em conta o estilo singular das pessoas que são consideradas povos tradicionais.

Regras para caça

Os leitores que me acompanham nesse espaço sabem que estive no Bailique em junho do ano passado acompanhando o primeiro grande encontro de trabalho de todas as 50 comunidades que formam o arquipélago, protagonistas desse primeiro Protocolo Comunitário do Brasil. Pude perceber, in loco, os desafios que cercam pessoas que, entre outras particularidades, não têm praticamente intermediários para fornecer-lhes o alimento que consomem. Só para ilustrar: o arquipélago é habitat de preguiças, e a carne desse bicho faz parte da cultura alimentar daqueles moradores. Mas as preguiças têm apenas um filhote por gestação, que dura cerca de 180 dias. E durante nove meses carregam a cria nas costas até que ela esteja preparada para enfrentar a mata sozinha.

Reunião discute o Protocolo Comunitário do Bailique

A caça predatória, sem respeitar essas peculiaridades, está fazendo desaparecer o bicho preguiça da região. O assunto surgiu numa das reuniões, puxado pelos próprios moradores, preocupados com a escassez, sobressaltados com o fato de que tal escassez leve à extinção daquela espécie tão importante para sua nutrição. Pude constatar: as crianças adoram aquele

CONT.



tipo de carne. O debate foi exaustivo e ainda inconclusivo, mas os moradores do Bailique perceberam que será preciso obedecer a algumas regras sobre a caça ao bicho. Regras que eles próprios vão ditar, sobre pesquisa que eles próprios se encarregarão de fazer.

O mesmo acontece com os peixes da região. Já há um período de defeso – entre novembro e março – quando os pescadores passam a ganhar um auxílio do governo federal para respeitarem a época da desova. Percebi que o cumprimento dessa exigência já não é mais uma questão de “executar ordens superiores”. Durante as reuniões para o protocolo, pescadores mais velhos deram seu depoimento aos mais novos, reforçando o que está escrito em lei. E os mais novos ouviram, acataram.

Exemplo para outros lugares

Conversei com Rubens Gomes, presidente do GTA, que me contou que em 27 e 28 de fevereiro toda a comunidade do Bailique vai se reunir novamente para planejar e, aí sim, começar o período de implementação de seu protocolo.

“O importante é que já temos uma referência criada em parceria com as comunidades tradicionais. Costumo dizer que agora é que o protocolo vai começar, é hora de aplicar de fato a metodologia. E estamos buscando apoio para formar, treinar novos multiplicadores para replicarem esse método pelo Brasil afora, na Amazônia, de preferência pelas 20 regionais da rede GTA. E já estudamos também como promover rodas de conversas com lideranças indígenas. Se o governo não cria estratégia para proteger o conhecimento tradicional, cabe às organizações da sociedade civil criarem instrumentos de proteção. E o Protocolo Comunitário pode vir a ser muito importante para esse fim”, disse ele.

O consentimento “livre, prévio e informado” é a base de todo o processo de construção do protocolo. Os técnicos escolhidos para realizarem os debates precisam conviver com as pessoas da comunidade para que o consentimento possa nascer espontaneamente, a partir de um sentimento de confiança. Não dá para esquecer que estamos falando sobre pessoas que vivem em lugares bem distantes, de difícil acesso, longe de grandes centros e onde a comunicação é prejudicada até pela falta de luz. Só para ficarmos no exemplo do Bailique, o arquipélago tem luz 24 horas por dia em algumas comunidades porque o estado paga o diesel para manter o gerador ligado. Nas demais, esse tempo é bem menor. O Amapá só começou a ter um sistema de telefonia pública nos anos 70.

Não é a solução para todos os problemas dos povos tradicionais, mas o Protocolo Comunitário merece um olhar mais atento por parte das políticas públicas. Muito reverenciada na teoria e nos discursos, seria bom se a tal parceria fosse, de fato, levada em conta. Um governo em cujo cerne está a legítima ocupação com as causas sociais pode ter muito o que aprender com os povos tradicionais.

Foto: Amelia Gonzalez



Lideranças Paiter Suruí pedem extinção de projeto de carbono com a Natura
SÍTIO CIMI, 12.01.2015

Fonte da notícia: Lideranças do povo Paiter Suruí

Patrícia Bonilha, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Em uma Nota de Esclarecimento encaminhada ao Ministério Público Federal (MPF) de Rondônia na última semana, lideranças do povo Paiter Suruí posicionam-se sobre o Projeto de Carbono Paiter Suruí e o Plano de Gestão de Cinquenta Anos do Povo Paiter Suruí, implementados na Terra Indígena Sete de Setembro. Após apresentarem várias críticas e denúncias em relação à gestão do projeto, principalmente, à perda de autonomia e à divisão do povo, dentre outras, no final do documento as lideranças demandam que “o Projeto de Carbono Paiter Suruí seja extinto e que as associações possam elaborar e executar projetos que garantam uma autonomia de verdade para as comunidades, com desenvolvimento sustentável e geração de renda sem depredação dos recursos naturais”.

Este projeto de sequestro de carbono, assinado pelos Suruí com a empresa de cosméticos Natura em setembro de 2013, ganhou, recentemente, repercussão nas redes sociais e em listas de e-mails da sociedade civil devido a agressivas reações às declarações feitas pelo cacique da aldeia Sete de Setembro, Henrique Suruí, em uma entrevista publicada no Porantim (jornal do Conselho Indigenista Missionário – Cimi). Dentre outras críticas, Henrique afirma que o projeto causou a divisão do seu povo, modificou o modo de vida tradicional e que o povo foi iludido com falsas promessas de melhoria de vida e de recursos financeiros, como uma compensação pela preservação da floresta. Leia a entrevista aqui.

Em dezembro, a Associação Metareilá do povo Suruí, Almir Suruí, cacique-geral do povo e um dos responsáveis pelo projeto, e Júlio Suruí, membro do Parlamento Suruí, desqualificaram as declarações do cacique Henrique Suruí, o Cimi, o Porantim e a jornalista, responsável pela edição, Patrícia Bonilha. A Coordenação da Padereehj, que representa os povos Arara-Karo, Gavião-Ikólóehj e nove povos da Terra Indígena Rio Branco, em Rondônia, soltou uma carta de repúdio, reagindo à declaração de Henrique segundo a qual recursos do projeto Suruí estariam sendo gastos para cooptar lideranças destes povos, dentre outros, e convencê-las a também fazer projetos de carbono.

Diante das acusações feitas a Henrique Suruí e ao Cimi, quatro associações (das sete existentes), dez caciques e importantes lideranças do povo Suruí esclarecem no documento algumas das principais questões abordadas na entrevista ao Porantim, reforçam afirmações de Henrique e apresentam novos elementos críticos ao projeto:

* as promessas de melhoria de vida do povo Suruí revelaram-se falsas e ilusórias, o que levou

CONT.



alguns indígenas a uma situação de extrema dificuldade e, até mesmo, à fome;

- * a criação de associações para participarem do projeto gerou maior divisão do povo;
- * a divisão de responsabilidades por áreas (agricultura, educação, saúde, meio ambiente, cultura e turismo) entre as associações não foi cumprida – ao invés disso, departamentos foram criados dentro da Associação Metareilá, o que, diminuiu a atuação e autonomia das outras associações clânicas dentro do Fundo Suruí;
- * os pagamentos acordados não foram realizados;
- * a discrepância enorme entre o valor que o Fundo Suruí recebeu e o valor repassado para as associações; além do fato da Associação Gãgbir (que desde 2010 é crítica ao projeto) não ter recebido nenhum recurso;
- * a falta de transparência na prestação de contas e os pedidos a lideranças para assinarem recibos de valores que as associações não receberam;
- * a ausência de respostas aos questionamentos em relação à gestão do projeto;
- * as retaliações e ofensas sofridas pelas associações por estes questionamentos;
- * a falta de diálogo com Almir Suruí.

No documento, as lideranças também denunciam o fato de que uma auditoria independente foi feita, mas visitou apenas quatro comunidades escolhidas pelos gestores do projeto, de um total de 25. "Entrevistando os indígenas previamente escolhidos para falarem sobre os benefícios do projeto", pontuam as lideranças que assinam a nota.

Elas afirmam também que "Quando começaram as discussões a respeito desses temas, havia a participação de quase cem por cento do povo", no entanto, questionam agora o que o projeto trouxe de melhoria na qualidade de vida dos Paiter. Por telefone, Celso Natin Suruí garante que a maior parte do seu povo é hoje contra o projeto de carbono e ele reforça a sugestão feita pelas lideranças na Carta: "Seria bom os jornalistas visitarem as aldeias verificando a realidade em que as mesmas se encontram".

Em relação às acusações de comercialização ilegal de madeira, as lideranças afirmam que "Henrique Iabaday Suruí não promove a venda ilegal de madeira na Terra Indígena Sete de Setembro, a decisão de vender madeira é da cada um que realiza essa atividade. Não apoiamos esta atividade ilegal...".



MST denuncia novos plantios de eucalipto em terras devolutas no ES

SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 12.01.2015

Ocupação impede uso da terra para produção de alimentos; produção vai para a Aracruz Celulose (Fibria)

Ubervalter Coimbra

Novos plantios de eucalipto estão sendo feitos em terras públicas no noroeste do Espírito Santo. As áreas foram reivindicadas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A denúncia é do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Alguns dos plantios são realizados pelo Grupo Simão, no município de Montanha. O grupo tem 26 mil hectares, e é dos maiores do Estado. Outras propriedades de grande porte também estão sendo empregadas nas novas plantações de eucalipto.

Ednalva Moreira Gomes, da direção estadual do MST, lembrou que o Espírito Santo tem cerca de 1 milhão de hectares de terras devolutas. A prioridade destas terras é a reforma agrária, para produção de alimentos. A quase totalidade do eucalipto produzido no Espírito Santo é para a Aracruz Celulose (Fibria).

O governo do Estado estimula os novos plantios de eucalipto. "O Idaf não faz as vistorias requeridas nas terras devolutas", se queixa Ednalva Moreira Gomes. Assim, não há como assentar os trabalhadores rurais que precisam da terra para produzir alimentos.

Além dos plantios de eucalipto feitos pelo latifúndio, a Aracruz Celulose vem ampliando os plantios por meio dos pequenos proprietários, na forma de fomento.

A empresa, também latifundiária, planta terras sem obedecer a legislação: nem as margens de córregos e nascentes são respeitadas. A prática desconsidera que os plantios são feitos em Áreas de Preservação Permanente (APPs).

A Aracruz Celulose foi a realização do sonho do norueguês Erling Sven Lorentzen, casado com a princesa Ragnhild, irmã do rei Harald V. Ele escolheu o Brasil para montar seu próprio império.

Chegou em plena ditadura militar, e os ditadores foram seus vassalos: arranjaram todo o dinheiro que precisava para montar a Aracruz Celulose. Dos políticos do Espírito Santo recebeu todo apoio.

Só de mata atlântica no Espírito Santo, a empresa destruiu mais de 50 mil hectares, matando

CONT.



toda sua biodiversidade. Lorentzen , sem gastar um tostão, fez fortuna de bilhões: recebeu R\$ 2,71 bilhões (1,004 bilhão de euros ou 1,67 bilhão de dólares) em 2008 por suas ações na empresa.

A grilagem pela Aracruz Celulose (Fibria) das terras no Brasil, particularmente no Espírito Santo, onde começou suas atividades, foi realizada em terras camponesas, dos quilombolas e dos índios.

Dos índios foram tomados cerca de 40 mil hectares, dos quais a transnacional foi obrigadas a devolver 18.070 hectares. Os quilombolas e os camponeses ainda lutam para reconquistar as suas terras.